

## Em Nome da Pátria

*À Verdade Histórica  
Aos bons portugueses  
Aos combatentes, soldados de Portugal  
E para que, na eterna luta, o Bem vença o Mal.*

### ÁTRIO

Em Portugal há uma enorme dificuldade em arrumar adequadamente toda uma série de questões. O mesmo se passa com a História.

Daí que tenha chegado aos nossos dias uma quantidade apreciável de assuntos que ficaram mal resolvidos, sobre os quais não existem dados inequívocos ou sobre cujas «verdades oficiais» impendem as maiores dúvidas.

É o caso do que se passou realmente nas primeiras Cortes de Lamego, a questão do «milagre» de Ourique, que circunstâncias envolveram verdadeiramente a morte de Inês de Castro, qual o significado do políptico de S. Vicente de Fora; qual o destino do espólio do Infante D. Henrique; que navegações foram realizadas entre a viagem de Bartolomeu Dias e a preparação da armada de Vasco da Gama? Estas e outras interrogações poderiam ser feitas em relação ao cativo do Infante Santo, ao desenlace de Alfarrobeira, às navegações para Ocidente a partir dos Açores, ao afastamento de Pedro Álvares Cabral após a viagem que marcou oficialmente a descoberta do Brasil, ao local de nascimento de Cristóvão Colon, à expulsão dos Judeus, à reforma das Ordens Militares na época de D. João III, à jornada de Alcácer Quibir e ao desaparecimento de D. Sebastião, às razões que levaram à construção do Convento de Mafra, ao processo dos Távoras, à expulsão dos jesuítas, à morte de D. João VI, às conspirações que levaram à guerra civil entre Liberais e Miguelistas, ao assassinato de D. Carlos I, à morte do general Humberto Delgado, ao desaparecimento das jóias da coroa portuguesa e, mais recentemente, ao «caso Angoche».

Parece-nos evidente que se a maioria das coisas se passou dessa maneira, foi porque estiveram envolvidos os mais variados interesses pessoais, corporativos ou estatais. Quanto ao resto, deve-se ao facto de a História ser sempre escrita pelos vencedores e de mais tarde raramente ser emendada.

Não nos deve surpreender, por isso, que depois de terem passado mais de 30 anos sobre o fim das últimas campanhas militares de afirmação de soberania e de protecção das vidas e haveres das populações em terras portuguesas fora do continente europeu, a nossa sociedade se encontre completamente dividida em relação àquilo que se passou e à verdadeira interpretação a dar aos complexos acontecimentos então vividos.

É mais um «caso» mal resolvido, mas que convinha ser desvendado.

A questão não é despicienda: trata-se, no fundo, de atribuir aos seus grandes responsáveis o lugar histórico a que eles verdadeiramente têm direito e não aquele a que os desvarios ideológicos ou as baixezas da condição humana os alcandoraram ou apearam. Mas, sobretudo, trata-se de conseguir um conjunto elaborado de conhecimento que permita que a nação portuguesa caminhe para um futuro assente em bases sólidas e verdadeiras e não sobre falsos postulados.

Ninguém consegue construir um edifício sobre areia movediça...

É preciso, pois, que se faça Justiça e se adquira Conhecimento que gere Sabedoria.

O objectivo deste livro é contribuir nesse sentido.

## Em Nome da Pátria

*«Tal há-de ser quem quer, co' o dom de Marte  
Imitar os ilustres e igualá-los:  
Voar co' o pensamento a toda a parte,  
Adivinhar perigos e evitá-los  
Com militar engenho e sutil arte  
Entender os inimigos e enganá-los  
Crer tudo, enfim, que nunca louvarei  
O Capitão que diga: «Não cuidei.»  
Luís de Camões  
Os Lusíadas, Canto VIII, LXXXIX*

### INTRODUÇÃO - GENERALIDADES

O dia 25 de Abril de 1974 pode ser considerado como o dia que assinala o fim das últimas campanhas ultramarinas em que Portugal se viu envolvido. Referimo-nos às acções realizadas no Estado da Índia, desde 1947 até à brutal invasão daqueles territórios pela União Indiana em 18 de Dezembro de 1961, e às operações em grande escala de defesa, contra-guerrilha e de apoio às populações levadas a cabo em Angola a partir de 15 de Março de 1961, na Guiné a partir de 1963 e, no ano seguinte, em Moçambique. Todas elas serão objecto de estudo neste livro.

Na verdade, apesar do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) não contemplar o fim das hostilidades e de inclusivamente ter definido princípios sobre como se deveria encarar a magna questão ultramarina, o dia 25 de Abril quebrou, psicologicamente, a vontade de continuar a guerra.

Por isso, e daí para a frente, os acontecimentos deverão ser englobados num outro âmbito, que não fará parte desta obra.

### MOTIVAÇÃO

A motivação para este livro é antiga.

Decidi enveredar pela «carreira das armas» quando terminei o antigo 5.º ano do Curso Geral dos Liceus, que frequentava no Liceu Nacional de Oeiras.

Estávamos em 1969, ano em que os EUA tinham acabado de pisar a Lua pela primeira vez.

O nosso país desenvolvia então uma vasta actividade política, diplomática, económica, social e militar.

Preparei-me para ao que ia e entrei para a Academia Militar em 20 de Outubro de 1971, após ter completado o 7.º ano. Foi aí que o 25 de Abril me apanhou. Como tinha escolhido o Curso de Aeronáutica, calhou-me a sorte extraordinária de ser nomeado para frequentar o tirocínio nos EUA, para onde embarquei a 5 de Janeiro de 1975, só regressando 18 meses depois. Não vivi na carne, portanto, os momentos mais agudos do famigerado PREC (e só por isso ficarei eternamente grato à Providência Divina). Quando regresssei, em meados de 1976, já as operações em África tinham terminado, o que impediu, desde logo, a minha mobilização.

Nunca me conformei com a perda das nossas províncias ultramarinas, que na altura representavam cerca de 95% do território nacional e 60% da população portuguesa. Sobretudo pela forma iníqua e desastrosa como tudo se processou, já para não falar dos indecorosos comportamentos políticos e militares que então se registaram. Mais: até hoje, nunca houve a coragem de se assumir isso, nem de daí retirar as respectivas consequências.

Em seguida, assisti ao desmantelamento de umas magníficas Forças Armadas, que chegaram a dispor de 220 mil homens espalhados por quatro continentes e outros tantos oceanos e que se batiam vitoriosamente em três teatros de operações distintos, tudo isso a milhares de quilómetros da sua principal base de sustentação logística e sem generais ou almirantes importados. Algo que já não acontecia desde Alcácer Quibir!

Hoje, 35 anos depois do último golpe de Estado que protagonizaram, o que resta das Forças Armadas ainda não recuperou completamente do sucedido.

Motivado por todas estas perplexidades, decidi estudar o que se tinha passado, bem como a verdadeira razão que estava por trás dos acontecimentos.

## Em Nome da Pátria

De tudo o que já coligi e aprendi, elaborei uma síntese que me parece fundamental: durante 600 anos, os Portugueses lutaram em quase todos os continentes e mares do planeta na defesa dos seus objectivos nacionais e dos princípios em que acreditavam. Um combate que foi travado contra diversos Estados, contra as populações gentílicas e contra os interesses instalados, e que sempre implicou muitos e dolorosos sacrifícios. Em várias ocasiões, a força dos inimigos e/ou a incúria e debilidades nacionais, fizeram com que os Portugueses tivessem sofrido algumas derrotas, levando, conseqüentemente, à perda de territórios e populações. Porém, tudo se fazia vendendo cara a pele e toda a Nação, por inteiro, sofria com esses acontecimentos tão perniciosos. Noutros momentos foi necessário alienar território por razões de natureza estratégica e/ou financeira, como foi o caso de algumas praças do Norte de África, durante os reinados de D. João III e de D. José I. Ou ainda por razões políticas de grande interesse nacional, como a inclusão de Tânger e de Bombaim no dote de D. Catarina, futura rainha de Inglaterra, pelo seu casamento com o rei Carlos II.

No mais, as disputas travavam-se através das vias económica, diplomática, psicológica ou militar.

Todavia, o que nunca tinha acontecido na História de Portugal foi a rendição incondicional, a meio de um conflito de baixa intensidade (que ainda por cima controlávamos e do qual estávamos a sair vitoriosos), com a entrega precipitada e leviana de todo o património, interesses e ideais que sucessivas gerações de Portugueses se haviam batido por defender durante tantos anos.

E tudo isso no meio de um clima geral de aparente contentamento e euforia! A desorientação foi (e é) tanta que, numa atitude nunca vista, assumimos oficialmente a esmagadora maioria dos argumentos defendidos pelos nossos inimigos...

Não me parece que seja benéfico continuar nesta senda.

### OBJECTIVO

O objecto fundamental deste livro é a Justiça da Guerra e o Direito em fazer a Guerra.

Na realidade, a sociedade portuguesa, nas últimas décadas, evoluiu bastante em relação ao período antes considerado (1947-1974).

Por exemplo, passámos da falácia da «descolonização exemplar» para a «descolonização possível» e até um dos seus principais autores, o coronel Melo Antunes, pouco antes de falecer acabou por reconhecer que se tinha tratado de uma tragédia. O dr. Almeida Santos, outra personalidade com amplas responsabilidades na forma como as coisas decorreram, publicou há cerca de dois anos um livro, em dois volumes, onde reconhecia toda uma série de coisas que tinham corrido mal – «obviamente por causa dos militares, que não quiseram combater mais»(!) – mas onde também afirmava que tudo isso era compreensível e frequente no contexto de uma revolução, além de que não fazia sentido, passados todos estes anos, andar à procura de culpados. No fim de contas, o que lá vai, lá vai...

Por outro lado, os combatentes começaram por ser execrados e condenados por lutarem numa guerra «imperialista», ao serviço dos «colonialistas» e de um «governo fascista». Foi-lhes imposto um condicionalismo psicológico e cerca de um milhão de homens ficou arrumado nas prateleiras do esquecimento e da ignomínia. Exaltaram-se desertores.

A pouco e pouco, os combatentes foram saindo dessa sombra. Afinal, tinham sido obrigados a combater por um governo em passo trocado com os ventos da História. Eram, também eles, vítimas e não carrascos.

Começou depois a despontar, aqui e ali, a ideia de que eles tinham combatido bem, com valor, e que tinham feito uma guerra limpa, sem embargo dos inquisidores de serviço baterem a espaços na tecla de Wiriamu, à falta de outros exemplos...

Entretanto, surgiu inclusivamente um militar e académico americano, imparcial, que decidiu estudar o «modo português de fazer a guerra», para depois concluir que as FA portuguesas tinham levado a cabo «um notável feito de armas» que superara mesmo a actuação de grandes potências noutros teatros de guerra contemporâneos.

Gradualmente, pois, a consciência de que os combatentes cumpriram bem o seu dever, tem vindo a crescer.

## Em Nome da Pátria

Todavia, há um ponto em que as coisas ainda não evoluíram, do epitáfio que os poderes constituídos em 1974-75 (e os que se seguiram) decretaram para a guerra no seu conjunto: Portugal manteve uma guerra injusta que era contra o Direito e a Moral!

Ora, este livro pretende demonstrar exactamente o contrário: Portugal fez uma guerra justa e, além disso, tinha toda a razão do seu lado!

Cumulativamente, descobrir-se-ão as razões pelas quais a guerra era sustentável e o que levou a desistirmos da luta.

### ÂMBITO

O livro analisará fundamentalmente os acontecimentos que decorreram no período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até 1975, ano em que foi declarada oficialmente a independência dos territórios portugueses fora da Europa, à excepção de Macau e de Timor. Perceber estes acontecimentos implica perceber o que se estava a passar no mundo durante esse mesmo período e que influenciou, por vezes decisivamente, a vida nacional.

### PANORÂMICA

O capítulo seguinte procura reflectir sobre o enquadramento geopolítico e geoestratégico da nação portuguesa no final da Segunda Guerra Mundial, um aspecto indispensável para nos situarmos no mundo e para compreendermos o que se passou daí para a frente no âmbito que interessa a este estudo.

O capítulo terceiro preocupa-se com o retrato da situação interna portuguesa, sobretudo nas suas vertentes política, económica, financeira, social e militar. Com tudo isto em mente, torna-se então possível perceber as ameaças e os ataques que se abateram sobre as diferentes parcelas do território português de então. Disto nos ocuparemos no capítulo quarto.

Face aos ataques que foram desferidos contra Portugal, tentaremos dilucidar, no capítulo seguinte, as políticas e as estratégias defensivas desenvolvidas pelo Estado português.

Depois, no capítulo sexto, procederemos ao estudo do conceito de «guerra justa» e da evolução do Direito Internacional.

No capítulo seguinte, apresentaremos o modelo peculiar que caracterizou a colonização portuguesa e analisaremos os critérios utilizados pelos Portugueses, ao longo dos tempos, para definir os territórios que iam sendo acrescentados à sua base territorial europeia.

No capítulo oitavo, trataremos da questão, complexa e polémica, de saber se a guerra era sustentável para Portugal, o que nos remete para uma reflexão sobre as potencialidades e vulnerabilidades, em diferentes âmbitos, tanto dos Portugueses como dos seus inimigos.

Os dois últimos capítulos centrar-se-ão nas razões políticas, sociais, psicológicas e militares que fizeram com que a nação e o Estado português tivessem desistido de continuar o combate.

Ao longo da obra, o leitor poderá ainda tomar contacto com alguns episódios menos conhecidos ou mais ilustrativos das operações então levadas a cabo, assim como com alguns excertos de entrevistas realizadas a algumas personalidades convidadas para esse efeito.

Por fim, gostaríamos de deixar bem claro que não pretendemos impor aqui uma linha de pensamento único; pretende-se sim reflectir sobre o tema em questão e chegar, tanto quanto possível, a algumas conclusões objectivas assentes na análise dos factos e das acções e intenções dos seus respectivos intervenientes.

Apesar da veemência com que defendemos os nossos pontos de vista, caberá sempre ao leitor julgar e formular o seu próprio juízo.